

**INTERCOM –
BRASILIA
GT FOLKCOMUNICAÇÃO
PROF. SEBASTIÃO BREGUEZ**

FOLKCOMUNICAÇÃO E IDENTIDADE E CULTURA.

Autora : Regina Gloria Nunes Andrade

Introdução

Estudar a arquitetura de uma identidade considerando os elementos que a compõe como sendo da ordem da cultura, coloca questões, na medida em que é escolhida uma comunidade como foco de observação. O projeto Comunicação Cultural na Comunidade do Morro da Mangueira (CNPq, 2003-2006) escolheu uma sociedade complexa. A reflexão no campo dos fenômenos sociais é possível nessa via, pessoas que convivem cotidianamente num mesmo contexto social. No caso , na Comunidade do Morro da Mangueira, uma favela, as pessoas reúnem-se para a evolução de uma sociedade desenvolvida por relações humanas. Há aí a concretização do encontro social determinado fundamentalmente pelo simbólico de um momento que lhes é particular, que é o encontro da cultura.

Dessa maneira nos perguntamos, o que fazer com a descrição densa, segundo os termos de Geertz (1989) -, um filósofo que encontrou nas ciências sociais a possibilidade de desbravar as pesquisas de campo, questionando, se os jovens pesquisadores ainda poderiam arriscar caminhos nunca trilhados, mantendo-se alertas e otimistas mesmo quando as condições administrativas visassem puramente a eficiência, custos e lucros -, obtida na pesquisa de campo, das narrativas dos sujeitos dessas relações sociais.

Identidade cultural e seus paradigmas.

Este trabalho está inserido em áreas interdisciplinares, em que os estudos de Comunicação e da Psicologia Social são perpassados por reflexões sobre estudos da comunidade e algumas reflexões sobre a antropologia. Vamos começar por estas ultimas reflexões, pois esta ciência pode parecer estranha á áreas de pesquisa eleitas para o estudo de características de agrupamentos.

A antropologia que desde o século XIX ocupava uma posição de disciplina satélite em relação aos interesses dos estudos sobre cultura, se depara com o interesse de outras disciplinas e isto não é sem conseqüências. Em *Nova luz sobre a antropologia* (2001) Geertz, atento para este fato, propõe pensar o conceito de um ponto de ancoragem que é o das relações humanas. Seu caminho é o da filosofia à antropologia e por isso, relaciona seu trabalho de campo à estrutura da experiência humana, segundo o pensamento filosófico. Assim, recorre a Wittgenstein como pelo menos um de seus mestres. A partir do exame das idéias desse filósofo é que Geertz objetiva seu trabalho como uma busca de respostas às diversas indagações nos “*pequenos detalhes da vida vivida*” (Geertz, 1989, p.09).

O conjunto de práticas e, a proposta das formas de vida, é o que leva Geertz a considerar as questões propostas por Wittgenstein no campo da antropologia, que tem como ponto de seu trabalho o detalhamento escrito daquilo que o pesquisador vive em campo, numa dimensão menos generalista, mais particularizada, ainda que essa experiência escape ao campo da linguagem. Vale lembrar que, a este respeito, em nosso trabalho de campo, fomos orientados por Vagner Silva (2000).

Enfim, com Geertz (2001, p. 25) fomos capazes de incluir os elementos que constituem a rede de significantes que diz respeito a uma forma de contextualizar a vida simbólica para pensar sobre “[...] a produção de sentido e suas complexidades”. De agora em diante é preciso o mesmo rigor no trabalho teórico que se teve no trabalho etnográfico, quando se descreveu o que pensam os sujeitos. Contudo, sem a contribuição de Geertz, Homi Bhabha, Lacan, fundamentalmente, teríamos ficado no meio do caminho.

De saída, é preciso que se conte com a explicitação dos conceitos de identidade e cultura, para que se possa articular os discursos da cultura. Ao longo da pesquisa compreendemos como aqueles sujeitos que têm construído sua identidade a partir da referência à sua origem e do laço afetivo com outros sujeitos podem nos oferecer a partir da identidade operativos para a Folkcomunicação enquanto campo de estudo. Os processos das entrevistas nos levaram a obtenção de informações que só poderíamos conseguir “in loco”.

O conceito de identidade contextualizado teoricamente

Ainda referidos a indagação sobre a constituição de uma identidade a partir de entrevistas depoimentos - incluímos o termo cultura como uma consideração à produção sobre os aspectos sociológicos que trata de perto o antagonismo irremediável entre as

exigências pulsionais e as restrições da civilização. Nessa perspectiva, acredita-se estar cumprindo com o objetivo proposto que é abrir um campo para o diálogo entre as ciências humanas e as ciências sociais -, no sentido de levar em conta os argumentos sobre a teoria da identificação, que se dá a partir de uma identificação primária.

Recorre-se a um breve relato da história da Psicologia Social moderna que de acordo com Robert Farr (1998) é considerada como um fenômeno tipicamente americano até determinado ponto. O momento da reversão de tal realidade se dá quando a Columbia University - Nova York, se torna uma espécie de Universidade exílio, européia, e acolhe nomes como os de Wertheimer, Lèvi-Strauss e Adorno, os quais foram integrados, ao corpo docente daquela instituição. Esse aspecto sócio-histórico leva a disciplina a tomar outros rumos: a Psicologia Cognitiva inaugura um campo que se estende à fenomenologia, e que abre espaço para a inserção de outros profissionais, como, sociólogos e antropólogos, e, caracteriza uma outra via de Psicologia Social, a qual nos interessa, a Psicologia Social sociológica.

Contamos com o artigo *Teoria da Identidade: Uma Crítica*, de Guillermo Raúl Ruben (1988), que destaca a importância da política em algumas estruturas da organização social, assim como os limites que agenciam a produção de conhecimentos científicos sobre essas organizações, que via de regra, têm a própria idéia de identidade como evidência.

Ao estabelecer esses dois parâmetros, Ruben (1988) se detém na distinção e análise de duas concepções clássicas, nas quais a *teoria da identidade* tem destaque. Ainda que não seja nossa pretensão nos determos aos detalhes desta perspectiva histórica, acredita-se acertar, quando se traz contribuições tão significativas como é o estudo desse autor. Pois bem, os autores de destaque nos estudos de Ruben são: Hegel, na Alemanha em fins do século XVIII, início do século XIX; e George Herbert Mead, nos Estados Unidos, início do século XX.

A Alemanha, nos fins do século XVIII é influenciada pelos efeitos do movimento revolucionário francês de 1789, que institui no mundo uma nova forma de se pensar sobre nação. Nomes como os de Fichte, Goethe, Marx, além do próprio Hegel, passam a considerar a Alemanha *como* "... uma somatória de povos relativamente homogêneos, embora despossuídos de uma organização política única, de um território único e indivisível, assim como da idéia de nação..." (1988, p.76). A soma de povos diferentes, em um território único, fez com que fossem estabelecidos parâmetros como cultura, raça, etnia e identidade.

Dentre esses autores, Hegel se destaca por se ocupar da noção de identidade, distinguindo três tipos desta, que possam servir de parâmetro nas relações entre os povos germânicos. São elas: identidade de língua, identidade de cultura e identidade de religião. Ao

estabelecer tais parâmetros, Hegel analisa a impossibilidade de que a Alemanha possa estar inscrita como Estado Nacional e estabelece que, as relações étnicas, culturais e religiosas, são aquilo que garante a unidade entre os indivíduos e os reúne numa sociedade, e que é essa união, que deve ser entendida como identidade, abrindo assim a possibilidade para se pensar no desigual, no diferente enquanto unidade.

Na concepção de Ruben (1988), Hegel é o primeiro autor a construir uma teoria sistemática da identidade social, na qual se considera a diversidade cultural e a desigualdade social como empecilhos. O autor destaca também, na teoria de Hegel, a noção de espírito, relativa à consciência de um “si generalizado”, isto é, o reconhecimento do “eu” e do “outro” em um “si universal”. Além disso, Hegel, concebe a identidade como construção. Esse aspecto deixa para a filosofia a tarefa de pensar como a identidade da sociedade moderna se constitui, a partir da constituição do Estado. Nesse caso, o outro é o Estado e, a identidade se constrói em seu interior.

O segundo autor da *teoria da identidade* analisado por Ruben (1988) é Mead que no início do século XX se sobressai com um trabalho sobre a linguagem como forma de interação simbólica. A proposta de Mead é de uma filosofia completa da ação, embora acreditasse que a base da vida em sociedade fosse de ordem biológica, instintiva; vale dizer que esse fato permanecia omitido na tradição interacionista simbólica da Psicologia Social. Contudo, a perspectiva visava, responder ao modo como a sociedade americana se consolidaria. Considera-se o fato de os Estados Unidos, terem sido ocupados por todo tipo de imigrantes. Nesse cenário, as identidades de cultura, língua e religião, estiveram ausentes, ainda que a organização política fosse universal.

Vale chamar atenção do leitor para o fato de que quando Hegel analisa a questão da identidade na Alemanha, considera uma ausência de unidade política, e um “si generalizado”, daí ele propor a identidade construída a partir do desigual, isto é, o Estado como “outro”. Já nos Estados Unidos, a presença de unidade política não é uma questão para Mead que se preocupa com a falta de uma identidade universal, por isso, formula o conceito de “outro generalizado” (semelhantes), análogo à noção de “espírito ou si generalizado” de Hegel.

Podemos concluir, junto a Ruben (1988, p. 83) que tanto Hegel quanto Mead, apontam para uma cisão entre “eu” e sociedade, e, buscam responder às suas respectivas questões construindo uma teoria da identidade. Nas palavras de Ruben: “[...] ambas as soluções representam, pois, estratégias políticas instruídas por uma teoria da identidade que, neste seu contexto original, apresenta-se como a teoria da não diferença”.

A respeito das teorias contemporâneas, Ruben não apresenta uma análise, tal como faz com as teorias clássicas. Ele considera que as teorias contemporâneas, em função de sua diversidade, não formam um paradigma. Entretanto, ao se perguntar como se dá a passagem das teorias clássicas para as contemporâneas, Ruben formula a hipótese de que se trata de um único conjunto teórico que é acionado em contextos históricos diferentes. Para examinar a possível continuidade entre as teorias, sugere que se opere no nível da abstração, sem levar em conta o qualificativo: etnia, linguagem, religião etc.

Ao dizer da possibilidade em examinar a transição entre uma e outra teoria, respeitando suas diferenças, Ruben destaca dois elementos comuns a ambas. São eles: a categoria de outro e a noção de irredutibilidade.

Quanto à categoria de outro que comparece nas teorias clássicas, a temos simultaneamente como, igual e desigual; enquanto que na teoria contemporânea, o outro é tido como diferente, e mesmo desigual. O ponto que interessa nesse momento, é quanto à posição do desigual nas teorias contemporâneas. A noção de identidade é descentralizada, isto é, vai além dos limites do grupo e inclui o diferente e desigual. Isso quer dizer que, conceber a posição para além do grupo, implica comprometer aquela noção de individualização do social e, passar à concepção de socialização do indivíduo.

A noção de irredutibilidade examinada por Ruben, que também comparece nas duas modalidades teóricas, diz respeito aquilo que o grupo tem como particularidade, que se define como marcas e limites. Vincular essa noção à teoria da identidade é considerar todo o conjunto de problemas que habita o sujeito social. No caso dessa pesquisa, constatou-se tal noção quando considerou-se as marcas inscritas na memória do grupo, tal como especifica Halbwachs, 1992, apud Giddens (1997): é pela via da memória que se tem a possibilidade de significação de imagens.

Espera-se não ter cansado o leitor com a apreciação da leitura que Ruben (1988) faz sobre identidade. Contudo, acredita-se na validade que tem seu exame sobre o respectivo conceito para o entendimento do estudo que implica questões sobre a arquitetura de uma identidade cultural. Então, continuaremos o percurso, contando com os olhares de outros autores contemporâneos, uma vez que o autor que se tem acompanhado até aqui, não examina de perto essas teorias.

Não é por acaso que adotamos uma posição de proximidade às perspectivas dos estudos da Psicologia e da Comunicação. Dessa forma, por intermédio do conjunto das teorias contemporâneas, produziu-se um “alargamento” (Geertz, 1989) quanto às possibilidades de interpretar um discurso. Profissionais tanto das ciências humanas, quanto das ciências sociais

têm se posicionado para analisar esses discursos, onde o fundamental é considerar a inter-relação nos campos individual e coletivo conforme observou Farr (1998).

O cenário das ciências sociais auxilia ir adiante nas pesquisas sobre cultura porque quando se apropria do termo cultura, desde o inaugurar de suas princeps disciplinas, em fins do século XIX até os dias atuais, faz com um conceito complexo, que até então refletia os desencontros sociais e nacionais dentro da Europa, abrangendo “...*conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade*” (Taylor apud Velho e Castro, 1978, p.01). Com esta definição acredita-se estar confirmando a pertinência da decisão quanto à metodologia empregada na pesquisa, quando se adotou um estudo etnográfico na Comunidade da Mangueira.

No entanto, nos trabalhos de alguns sociólogos encontra-se, dentre as definições atribuídas ao termo cultura, uma conotação tão abrangente e imprecisa, que acaba por se dar um tratamento ao termo com margem considerável de equívocos. Contudo, o que deve ser considerado é o fato de que esta mesma noção imprecisa e abrangente abre as portas para uma discussão, que inicia na própria dualidade conceitual cultura/civilização, até que o conceito de cultura, passa a ser tomado como objeto de estudo e, ao longo dos anos, por outros autores como Kroeber e Kluckhohn (1952), que transcrevem, classificam e comentam 164 diferentes definições do termo sob óticas distintas, históricas e estruturais, dentre outras.

Cultura e Comunicação

Conceitualmente, o termo cultura se expande de tal modo que, segundo Geertz (1973), apud Velho e Castro (1978), conquista lugar na cultura ocidental moderna comparável à segunda lei da termodinâmica; ao princípio de seleção natural, e a motivação inconsciente do comportamento. Esses pontos são, segundo Velho e Castro (1978, p. 02.), os “tópicos-chave da mitologia ‘cultura’ do século XX”.

Seguindo a leitura desses autores, somos informados que na França, o termo designava um “*instrumento da burguesia contra a aristocracia*”, sendo que mais tarde, na Alemanha, ganhou função de símbolo da unificação nacional (Elias, 1969 apud Velho e Castro, 1978) implicando em uma redução das disparidades culturais presentes na cultura ocidental.

A psicologia não chega tão cedo, mas ao assistir a história da cultura, se importa com aquilo que conta como processo evolutivo da humanidade, mas o que assiste é de outra

ordem, é “...o fardo do homem branco [para] educar seus ‘contemporâneos primitivos’, acelerar seu crescimento, que necessariamente iria culminar em um estado idêntico ao já atingido pela civilização no Ocidente”. (Velho e Castro, 1978, p.02). Quer dizer, aquilo que se assiste no mundo contemporâneo é uma tentativa de apagamento das diferenças.

Longe de ter o objetivo de “normatizar” a civilização, conforme pensamento estabelecido pela cultura ocidental pré-estabelecida para aqueles que se encontrassem em estado não-civilizados, interessa destacar é o modo como a antropologia toma em suas mãos a tarefa de construir um movimento que introduziu a especificidade das diferenças culturais que implicou no “...esforço de reconstruir os critérios internos que cada cultura utiliza para sua auto-reflexão” (ibid.).

O enunciado da cultura como espaço onde são estabelecidas as relações com toda diversidade existente nas várias sociedades, permitiu uma aproximação dos interesses da pesquisadora aos interesses dessa disciplina, destacando-se a contribuição do trabalho de George Marcus (1991), que estabelece um corte, digamos assim, com o paradigma das teorias clássicas de identidade. Com efeito, perguntamos como seria possível a construção das teorias contemporâneas sem o olhar crítico para as primeiras teorias; sem um dar-se conta do trânsito que envolve a substituição de uma concepção da homogeneidade para a da heterogeneidade, do aspecto individual para o múltiplo, enfim, de uma etnografia realista, para uma etnografia modernista.

Marcus aponta seu foco para a crítica da noção de identidade como exclusivas e locais. O autor propõe uma noção de identidades múltiplas e negociadas que constroem uma identidade no mundo moderno e se produz simultaneamente, a contar com toda diversidade existente nas várias sociedades. Encontra-se ainda nessa formulação a consideração de três requisitos que possibilitam construir os sujeitos da etnografia modernista: espaço, que diz respeito ao processo de dispersão, isto é, a consideração de que a identidade se produz simultaneamente em locais e atividades diferentes, por agentes diferentes. Jameson (1994) cita este requisito, dentro dos Estudos Culturais; tempo, que junto à memória, compõe o conceito de identidade. “*O passado que continua presente é construído a partir da memória, que é o agente fundamental da Etnohistória. Numa etnografia modernista, a memória coletiva e individual, nos seus múltiplos sinais e expressões, é tomada de fato como prova do auto-reconhecimento, ao nível local da identidade*”.(p.206).

O requisito de perspectiva ou voz, que pode ser pensado como um canal para se questionar sobre a compreensão da estrutura social, que implica um deslocamento no trabalho etnográfico do olhar para a escuta privilegiando a perspectiva de Geertz quanto à teoria de

significação. A estrutura social pode ser compreendida a partir de sua construção e da interpretação dos sujeitos que a compõe.

Observa-se que esta mudança no contexto da prática de um antropólogo é encontrada nos Estudos Culturais sob a expressão “*a nova textualidade do mundo*”. No sentido de que a identidade constituída possibilita um refletir sobre a noção de cultura. Campo das relações subjetivas em que a linguagem e a simbolização representam o sujeito do desejo através de produções imaginárias.

A apropriação que os Estudos Culturais trazem das questões que se colocaram a serviço do pensar sobre a identidade, se deu por uma via deixada por antropólogos como Marcus que, distante de uma posição puramente histórica, toma para si o trabalho etnográfico, que permite o exame mais textual e interpretativo sobre as culturas mais recentes. Vale dizer que este modo de trabalho tem -, segundo Jameson (1990, 1994), os nomes de Geertz e Turner em destaque -, uma proximidade aos Estudos Culturais que manifestam como preocupação primordial, o “alargamento” dos limites de uma discussão que pretende estar inscrita enquanto uma política cultural expressa por intelectuais, nos espaços sociais onde prevaleça a insígnia do compromisso com o social, ao nível de uma implicação.

Considera-se o trabalho de Frederic Jameson que analisa uma Coletânea de textos apresentados sob o título *Cultural Studies* (1994), em uma Conferência em Urbana – Champaign, no primeiro semestre do ano de 1990, pertinente de ser referido, posto que este, confere à etnografia modernista proposta por Marcus, “...um novo tipo de etnologia, uma nova antropologia textual ou interpretativa [...] emerge completamente desenvolvida no trabalho de Clifford e também no trabalho de George Marcus e no de Michael Fischer...” (p.17-18). Ainda na resenha feita por Jameson nessa Coletânea, encontramos o nome de Stuart Hall vinculado à proposta gramsciana, particularmente a noção de “*movimento político e social maior*” (p.20), com restrições à expressão “*produção de intelectuais orgânicos*” (ibid.), para dizer de uma institucionalização nos Estudos de Cultura.

Contudo, há na produção dos Estudos de Cultura uma presença “tímida” a respeito da discussão do conceito de identidade de grupo, como ponto central da Coletânea supracitada. Esse pesquisador percebe que na problematização dos Estudos de Cultura se requer a consideração de uma particularidade que estrutura e distingue os grupos através de suas marcas, e, daí concluir que nos referidos Estudos, não há espaço para a noção de identidades puras. Trata-se de conceber a noção de identidades mistas e identidades duplas que são constituídas por intermédio de produções imaginárias, tecidas em relação à posição que se ocupa nos grupos onde circula.

Stuart Hall, no artigo *Quem precisa de identidade?* (2000) aponta duas formas para responder à questão sobre a necessidade de estar discutindo o conceito de identidade. A primeira, diz respeito à distinção de críticas dêonstrutivas, que se prestam a analisar e superar conceitos inadequados por outros que sejam adequados, colocando os primeiros, alguns conceitos-chave “*sob rasura*” (p.104). A expressão indica uma suspensão de determinados conceitos, que é descrito por Derrida (ibid.) como “*pensando no limite*”, “*pensando no intervalo*”. Nas palavras de Hall: “A identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem sequer ser pensadas”. (p.104).

A segunda resposta implica na atenta observação de onde, e, em relação a qual conjunto de problemas surge, no conceito de identidade, sua irreduzibilidade. A hipótese de Hall é que a política pode responder a essa questão, ao pensá-la no âmbito dos próprios movimentos políticos em suas formas modernas -, que tem valor de identidade; quando relacionada com uma política da localização que leva em consideração dificuldades e instabilidades explícitas que afetam “... *todas as formas contemporâneas da chamada ‘política de identidade*”. (p.105). Além da política, a “agency”, traduzida como o elemento ativo da ação individual, também serve ao autor como resposta a sua pergunta. Hall concorda com Foucault, que é citado em seu texto, para endossar a opinião de que aquilo que falta para se pensar sobre o conceito de identidade, é “uma teoria da prática discursiva”.(p.105). A questão levantada por Hall, consiste em pensar o sujeito de um outro lugar, de um lugar “descentrado” ou “deslocado”, como propõe Hall que diz que:

É preciso pensá-lo em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma. Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da identificação, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer.(Hall, 2000, p. 105)

Nesse contexto teórico, a apreciação de Homi Bhabha sobre identidade, no texto *Interrogando a Identidade* (1998), indica a direção que deve-se tomar a fim de prosseguir os estudos. Bhabha aponta para a leitura do trabalho de Frantz Fanon , *Black Skin, White Masks* (1986) que endossa o pensamento de que aquilo que vigora no mundo moderno, que não se perca de vista, diz do afastamento de particularidades de categorias como “classe”, “gênero” e “raça”, insuficientes para expressar as relações e movimentos sociais. Bhabha propõe pensar a

identidade como os efeitos de das “*articulações diferenças culturais*” (p.20), negociadas no processo de identificação.

A questão que se coloca ao nível de uma negociação, envolve um processo de luta, e aquilo que interessa a Bhabha se refere ao caráter inovador para se pensar sobre a noção de identidade, que considera a existência de um campo onde as estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – sejam elaboradas, dando início a signos, postos e contestação inovadores que permitam definir a noção de sociedade. Tal campo de estratégia, Bhabha nomeia como “*entre-lugares*” (p.20), que é de onde se propõe pensar as questões de interesses comunitários. Precisa-se compreender que essa questão trata da diferença cultural como produção de identidades minoritárias que “racham” entre si. Daí ser a proposta desse autor pensar a complexidade da identidade do mundo contemporâneo como um constante processo de construção e desconstrução, que implica na divisão do sujeito, que nos termos psicanalíticos, obriga, se assim pode-se dizer, o sujeito a só aparecer nessa divisão.

Ao lado da noção de “entre-lugares”, Bhabha – e Fanon, mais explicitamente – utiliza-se da teoria psicanalítica da identificação, particularmente dos conceitos de alienação, ambivalência, identificação, Outro, desejo e demanda, para teorizar o mundo contemporâneo do ponto de vista da interação dos sujeitos sociais.

Finalmente tem-se na leitura de trabalhos de autores dos Estudos Culturais, como, Homi Bhabha, em *O Local da Cultura* (1998) uma discussão trazida para os limites dessa pesquisa, pois, acredita-se que a proposta desse autor vai de encontro à confirmação de que a Comunidade da mangueira é um grupo social específico, quando tomado num contexto político maior e inscreve-se no mundo em uma “textualidade” de Outra ordem.

Com efeito, decide-se interromper a linha de raciocínio desenvolvida até aqui, por acreditar ter sido suficiente o caminho percorrido para demonstrar como uma identidade se constitui. Para finalizar faz-se referência ao texto de Hall ainda que não estejamos restritos a ele, e que isso não nos garanta nenhuma facilidade -, o indicativo para se pensar a identificação como uma construção efetiva

[...] a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos de pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (Hall, 2000, p. 106).

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, R. *Personalidade e Cultura: Construções do Imaginário*. 2001. 178f. Tese (Professor Titular) – Instituto de Psicologia, Departamento de Fundamentos de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BATAILLE, G. *O Erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- BIRMAN, J. *Cartografias do Feminino*. São Paulo: Ed. 34 Ltda., 1999.
- COSTA, J. F. *Psicanálise e Contexto Cultural. Imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias*. Rio de Janeiro: Campus. 1989.
- FREUD, S. O Mal-estar na Civilização. In: FREUD, S. *Obras Completas*, XXI (1930[1929]). Rio de Janeiro: Imago. 1976 pp.75-171.
- _____. Sexualidade Feminina. In: FREUD, S. *Obras Completas*, XXI (1931). Rio de Janeiro: Imago, 1976. pp. 257-279.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A.1989.
- GIDDENS, A. A vida de uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.GUIDDENS.,A. & LASH, S. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: Edunesp, 1997. pp.09-23.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. (Org). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp.103-133.
- JAMESON, F. Sobre os “Estudos de Cultura”. *Novos Estudos CEBRAP*, 39, 11-48. 1994.
- MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, 34, 1991. pp. 197-221.
- SILVA, V. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000.
- VELHO, G. e CASTRO, E. O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas: Uma Perspectiva Antropológica. *Artefato*, Ano I, nº 1. Rio de Janeiro. janeiro/1978.

